

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem é desafio para famílias

O Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem (TDL) é uma condição que interfere no neurodesenvolvimento e afeta diretamente a capacidade de comunicação, gerando dificuldades na fala, compreensão, interação social e aprendizagem escolar. Os impactos podem ser semelhantes aos observados no autismo, mas a prevalência é maior. Segundo a médica otorrinolaringologista e foniatra Fernanda Correia Bahia, enquanto o Transtorno do Espectro Autista acomete 1% da população, o TDL atinge 7,5%. A falta de conhecimento sobre o transtorno tem levado a erros de diagnóstico e atrasos na intervenção adequada.

De acordo com a especialista, são fundamentais o diagnóstico e o tratamento conduzidos por médicos fonoatras e fonoaudiólogos. Com intervenções adequadas, há uma melhora significativa na comunicação.

A fonoaudióloga Ecila Paula Mesquita, do Movimento Passo a Passo pelo TDL, afirmou que o transtorno já configura um problema de saúde pública. “O Reino Unido tem muitas pesquisas sobre TDL que mostram alto índice de uso de drogas, depressão e tentativas de suicídio entre adolescentes com o transtorno. Por que não temos estudos no Brasil? Porque o TDL nem é reconhecido”, afirmou a profissional.

A médica Fernanda Correia Bahia explicou que crianças com TDL têm 12 vezes mais chance de desenvolver transtornos de aprendizagem. Ela lembrou que, em 1980, a condição era chamada de Distúrbio Específico de Linguagem e que, a partir de 2016, passou a ser denominada Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem, a partir de um estudo britânico.

Entre os sinais de alerta, estão: pouco ou nenhum balbucio até os oito meses; ausência de combinação de duas palavras aos 24 meses; linguagem não verbal deficiente; histórico familiar de problemas de alfabetização; dificuldade em compreender comandos simples entre três e quatro anos; e frases curtas e interação social precária entre quatro e cinco anos. Após os cinco anos, costumam ocorrer problemas para contar ou recontar histórias, dificuldades de leitura, vocabulário pobre e pouca compreensão de metáforas.

A fonoaudióloga Laura Nequini, da Secretaria Municipal de Saúde, reforçou que atrasos na aquisição e no desenvolvimento da linguagem têm sido frequentemente classificados como TEA. “Trazer essa temática à tona é de grande importância. Temos muito a avançar nesse campo”, concluiu.

Internet: <cmbh.mg.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho “Trazer essa temática à tona é de grande importância”, o termo “de grande importância” exerce a função de complemento nominal do verbo “ser”, motivo pelo qual a substituição do adjetivo “grande” por **grandiosa** manteria a correção gramatical e a função sintática original.
- 2 No trecho “A falta de conhecimento sobre o transtorno tem levado a erros de diagnóstico”, a ausência do acento grave em “a erros” justifica-se pelo fato de o substantivo ser masculino, estar no plural e ser empregado em sentido genérico, sem a presença de artigo definido feminino que autorize a contração.
- 3 O texto defende que o Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem apresenta impactos equivalentes aos do Transtorno do Espectro Autista tanto em gravidade quanto em prevalência na população.
- 4 Em “são fundamentais o diagnóstico e o tratamento conduzidos por médicos fonoatras e fonoaudiólogos”, a flexão no plural do particípio “conduzidos” está correta, uma vez que ele se relaciona simultaneamente a “diagnóstico” e a “tratamento”.
- 5 No trecho “o transtorno já configura um problema de saúde pública”, a forma verbal “configura” é empregado com sentido equivalente a “caracteriza”.
- 6 No trecho “condição que interfere no neurodesenvolvimento e afeta diretamente a capacidade de comunicação”, a reescrita **condição que interfere no neurodesenvolvimento, afetando diretamente a capacidade de comunicação** preserva a correção gramatical e o sentido original do período.
- 7 Para publicação em rede social governamental, a reescrita do trecho “crianças com TDL têm 12 vezes mais chance de desenvolver transtornos de aprendizagem” como **crianças c/ TDL têm 12x + chance de desenvolver transtornos de aprendizagem** manteria a adequação ao contexto comunicativo digital oficial, respeitando os padrões de formalidade exigidos para a comunicação institucional em plataformas governamentais.
- 8 Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do período, o segmento “pesquisas sobre TDL que mostram alto índice” poderia ser reescrito como **pesquisas sobre TDL às quais mostram alto índice**, dado que o pronome relativo concorda, em gênero e número, com seu antecedente e a preposição decorre da relação sintática estabelecida com o verbo subsequente.

Texto para os itens de 9 a 13.**Por que a voz muda ao longo do tempo?**

Se você ligar para alguém por telefone, em poucos segundos, será capaz de identificar se quem está do outro lado da linha é uma criança, um adolescente, um adulto ou um idoso. Por mais que cada voz seja única, todas elas passam por mudanças ao longo da vida e devem receber cuidados. Mas por que a voz muda com o tempo?

Em crianças a laringe (estrutura onde ficam localizadas as cordas vocais) tem um tamanho determinado. Conforme ela vai crescendo, também aumenta de tamanho, assim como as cordas vocais dentro dela. Essa transformação pode ser percebida principalmente durante a adolescência, quando há o estirão de crescimento, e o jovem passa pelo processo de “muda vocal”.

Nesse período, os adolescentes costumam ficar com a voz irregular, ora grave, ora fina. É o resultado da influência hormonal até que o “instrumento” seja “afinado”, e a voz se estabilize como a de um adulto.

Com o passar do tempo, no entanto, as cordas vocais perdem seu vigor assim como o restante dos tecidos e músculos do corpo. Isso também leva a alterações na voz, fazendo com que o idoso fale de forma menos potente e, eventualmente, até trêmula.

Por outro lado, além da ação hormonal e do próprio envelhecimento, existem fatores ambientais que podem ser agressivos para a voz. É o caso, principalmente, do cigarro.

O uso de anabolizantes, sem acompanhamento médico, também pode afetar a voz, inclusive de maneira permanente — mesmo após o abandono dos hormônios. O risco inclui os anabolizantes injetáveis, de via oral ou até em formato de pomada.

Na terceira idade, porém, é preciso acender o sinal de alerta frente às alterações na voz. Ainda que elas sejam comuns, muitas vezes, podem representar um problema mais grave ou, ainda, resultar em isolamento social.

Para evitar prejuízos à voz, é necessário evitar ou largar o tabagismo e o consumo excessivo de álcool; hidratar-se constantemente; fazer períodos de descanso da voz regularmente, especialmente quem trabalha com ela, como cantores, professores e seminaristas; para quem tem refluxo, evitar alimentos que possam favorecer a ocorrência da doença, como aqueles muito condimentados, apimentados, cítricos ou gordurosos.

Internet: <drauziovarella.uol.com.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens seguintes.

- 9 No fragmento “É o resultado da influência hormonal até que o “instrumento” seja “afinado”, e a voz se estabilize como a de um adulto”, o emprego das aspas nos termos “instrumento” e “afinado” marca o uso de linguagem conotativa, estabelecendo uma analogia entre a voz humana e um instrumento musical que necessita de ajustes até atingir o tom adequado.
- 10 O texto enquadra-se predominantemente no gênero dissertativo-argumentativo, pois apresenta tese explícita e busca convencer o leitor por meio de argumentos avaliativos acerca do envelhecimento da voz, além de apresentar verbos na terceira pessoa.
- 11 A expressão “acender o sinal de alerta” constitui uma metáfora que estabelece analogia entre o ato de ligar um dispositivo luminoso de advertência e a necessidade de aumentar a atenção e a vigilância em relação às mudanças vocais, recurso estilístico que torna o texto mais acessível ao leitor leigo.

- 12 Caso o trecho “é necessário evitar ou largar o tabagismo e o consumo excessivo de álcool” fosse reescrito para um *e-mail* institucional, a manutenção da forma impessoal “é necessário” atenderia às exigências de impessoalidade e formalidade próprias da comunicação oficial.
- 13 No que diz respeito à estruturação sintática do período, o emprego do acento grave em “Para evitar prejuízos à voz” é facultativo, uma vez que o termo subsequente é um substantivo feminino singular e está precedido de um verbo que aceita complemento sem preposição.

Com base no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir, acerca da redação oficial.

- 14 O atributo da clareza não se esgota na mera publicação do texto, estendendo-se à necessidade de transparência e de compreensão imediata pelo cidadão, o que exige o uso de palavras simples em seu sentido comum, exceto em comunicações acerca dos assuntos técnicos.
- 15 Na elaboração de ofícios, a linha pontilhada é utilizada exclusivamente para indicar supressões de texto quando se reproduz dispositivo legal, não sendo aplicável para indicar a manutenção de texto em artigos alterados por atos normativos.
- 16 Em ofícios que contenham três ou mais parágrafos, a numeração deve iniciar desde o primeiro parágrafo, excetuando-se dessa contagem apenas o vocativo e o fecho.

Em um curral, havia 7 vaquinhas, entre elas as irmãs Marilu e Mimosa. À tarde, o fazendeiro escolheria exatamente 4 vaquinhas para irem ao pasto. A ordem de escolha não importava.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 17 O número de maneiras de escolher 4 vaquinhas dentre as 7 é menor do que o número de maneiras de escolher 3 vaquinhas dentre as 7.
- 18 O número de maneiras de escolher 4 vaquinhas dentre as 7, de modo que, pelo menos, uma das irmãs Marilu e Mimosa seja escolhida, é igual a 30.
- 19 A probabilidade de Marilu ir pastar, dado que Mimosa foi escolhida, é igual a 50%.

Em uma turma de formandos em fonoaudiologia, a comissão de formatura fez a etapa final de votação para escolher a banda da festa, com 3 finalistas: Bossa da Lapa; Samba do Arpoador; e Pagode do Méier. Nessa etapa, cada participante escolheu exatamente 2 dessas 3 bandas. Ao final, verificou-se que 50 participantes escolheram Bossa da Lapa, 58 escolheram Samba do Arpoador e 52 escolheram Pagode do Méier.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 20 O número total de participantes nessa etapa final foi igual a 160.
- 21 O número de participantes que escolheram Bossa da Lapa e Samba do Arpoador foi igual a 30.
- 22 O número de participantes que escolheram exatamente uma entre Bossa da Lapa e Pagode do Méier foi igual a 58.

Acerca da proposição “Se Julieta sorri, então Romeu suspira”, julgue os itens seguintes.

- 23 A proposição dada é logicamente equivalente a “Julieta sorri e Romeu suspira”.
- 24 A negação da proposição “Se Julieta sorri, então Romeu suspira” é “Se Julieta não sorri, então Romeu não suspira”.
- 25 A proposição dada é falsa se, e somente se, Julieta sorri e Romeu não suspira.

Para a pré-estreia do filme “Pombos Mutantes do Viaduto”, um cinema distribuiu gratuitamente 176 ingressos, divididos igualmente entre homens e mulheres. Além disso, foram vendidos 185 ingressos, sendo 40% deles para mulheres e o restante para homens.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 26 Entre os ingressos vendidos, 74 foram adquiridos por mulheres.
- 27 Para que houvesse igual número de homens e de mulheres na sessão, seria necessário distribuir 23 ingressos a mais, apenas para mulheres, mantendo-se inalterada a venda de ingressos.
- 28 Considerando o total de pessoas com ingresso para a sessão, é correto afirmar que, pelo menos, 31 delas fazem aniversário no mesmo mês do ano.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referam-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos de segurança de redes, julgue os itens a seguir.

- 29 A criptografia contribui apenas para ocultar o conteúdo das mensagens, não tendo relação com autenticação ou integridade.
- 30 A alteração, a inserção ou a eliminação de mensagens durante a transmissão caracteriza uma forma de ataque à segurança da comunicação.
- 31 Os *firewalls* e os sistemas de detecção de invasão têm como principal função controlar o tráfego e identificar atividades suspeitas na rede.
- 32 A confidencialidade em uma comunicação segura garante que apenas o remetente e o destinatário pretendidos possam compreender o conteúdo da mensagem.

No que diz respeito aos conceitos básicos de computação em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 33 A computação em nuvem permite que aplicações sejam utilizadas pela Internet sem necessidade de estarem instaladas localmente no computador do usuário.
- 34 O modelo SaaS caracteriza-se pelo uso de *softwares* disponibilizados ao usuário por meio de navegadores ou serviços *web*.
- 35 A computação em nuvem elimina totalmente a necessidade de redes de computadores para o funcionamento das aplicações.
- 36 A virtualização possibilita que múltiplos sistemas operacionais utilizem o mesmo *hardware* físico de forma independente.

Com base nos conceitos básicos de instalação de periféricos e de uso da Internet, julgue os itens a seguir.

- 37 A instalação de periféricos ocorre de forma totalmente independente do *software*, pois o *hardware* é capaz de se autogerenciar.
- 38 A presença de banco de dados em um *site* é obrigatória, pois nenhum *site* pode existir sem armazenar conteúdo em base de dados.
- 39 A interatividade em páginas da *Web* pode ocorrer sem recarregar toda a página, por meio de recursos que modificam o conteúdo exibido no navegador.
- 40 Os *sites* de busca retornam ao usuário apenas anúncios pagos, não apresentando resultados gratuitos ou orgânicos.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com base nos fundamentos da ética no setor público e em sua aplicação à função pública no âmbito do CRFa-1ª Região, julgue os itens a seguir.

- 41** A ética na função pública exige que o agente subordine os seus interesses pessoais ao interesse público, orientando a sua conduta pela moralidade administrativa.
- 42** Os princípios éticos aplicáveis ao servidor público limitam-se aos deveres expressos em lei, sendo facultativa a observância de valores morais não positivados.
- 43** A probidade administrativa constitui exigência ética fundamental, caracterizada pela honestidade, integridade e lealdade no exercício da função pública.
- 44** O princípio da impessoalidade impede que o agente público atue com favorecimento ou perseguição, assegurando tratamento isonômico aos administrados.
- 45** A eficiência administrativa pode ser alcançada mediante supressão de garantias processuais dos administrados, priorizando-se exclusivamente a celeridade.

À luz da Lei nº 8.429/1992 e de suas alterações, julgue os itens seguintes, no que diz respeito aos atos de improbidade administrativa.

- 46** A Lei nº 8.429/1992 caracteriza como improbidade administrativa os atos que importem enriquecimento ilícito, lesão ao erário e violação aos princípios da Administração Pública.
- 47** Os atos que causem lesão ao erário caracterizam improbidade administrativa apenas quando for comprovado dolo do agente público.
- 48** A mera transgressão a princípios administrativos, sem enriquecimento ilícito ou dano ao erário, configurará improbidade administrativa.
- 49** Os particulares que induzam ou concorram para a prática de atos de improbidade não se sujeitam às sanções da Lei nº 8.429/1992.

Quanto às sanções aplicáveis aos agentes públicos que praticam atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 50** As sanções por atos de improbidade incluem perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos, o pagamento de multa e a proibição de contratar com o Poder Público.
- 51** A aplicação das sanções por improbidade administrativa independe de prévia decisão judicial transitada em julgado.
- 52** O ressarcimento ao erário é imprescritível, podendo ser cobrado a qualquer tempo do responsável por lesão ao patrimônio público.
- 53** A responsabilização por improbidade administrativa exclui automaticamente as esferas penal e disciplinar.

Acerca da Lei nº 9.784/1999 e de suas alterações, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens seguintes.

- 54** A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas a respeito dos processos administrativos na esfera federal, sendo aplicável subsidiariamente aos estados e aos municípios que não possuam legislação própria.
- 55** A motivação dos atos administrativos é exigida em decisões que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses, bem como nas que imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.

- 56** O prazo para a decisão em processo administrativo é de até 30 dias, sendo prorrogável por igual período mediante justificativa expressa.
- 57** O interessado pode desistir total ou parcialmente do pedido formulado no processo administrativo, devendo tal desistência ser homologada pela Administração.

A respeito dos direitos e deveres dos administrados no processo administrativo, julgue os itens a seguir.

- 58** A Administração pode indeferir pedido de vista de processo administrativo sob fundamento de sigilo genérico, sem especificar as razões da restrição.
- 59** O interessado possui direito de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais devem ser objeto de consideração pela Administração.
- 60** A ausência de motivação em ato administrativo que afete direitos do administrado constitui vício que pode ensejar anulação.
- 61** O processo administrativo pode ser instaurado de ofício pela Administração ou mediante provocação do interessado.

Acerca da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), do Decreto nº 7.724/2012 e do Decreto nº 9.830/2019, julgue os itens seguintes.

- 62** A publicidade é o princípio geral no acesso às informações públicas, sendo o sigilo admitido apenas excepcionalmente nas hipóteses legalmente previstas.
- 63** As informações classificadas como ultrassecretas possuem prazo máximo de restrição de 25 anos, improrrogável em qualquer hipótese.
- 64** A negativa de acesso à informação deve ser fundamentada pela Administração, cabendo recurso ao interessado em caso de indeferimento.
- 65** As informações pessoais possuem acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 50 anos, a contar de sua data de produção.
- 66** O Decreto nº 9.830/2019 dispõe acerca da classificação de documentos públicos sigilosos e revoga integralmente a Lei nº 12.527/2011.

A respeito da proteção de dados pessoais, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e da atuação do Poder Público, julgue os itens a seguir.

- 67** A Lei nº 13.709/2018 estabelece regras gerais acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive no âmbito digital, aplicáveis tanto ao setor privado quanto ao Poder Público.
- 68** A negativa de acesso à informação dispensa fundamentação quando se baseia em razões de segurança nacional, cabendo recurso ao interessado apenas após análise administrativa interna.
- 69** No tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, a LGPD dispensa qualquer base legal específica, bastando o interesse público genérico para legitimar o uso das informações.
- 70** A LGPD prevê sanções administrativas, como advertência e multa, bem como publicização da infração e bloqueio ou eliminação de dados pessoais relacionados à infração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982 e as Resoluções CFFa nº 768/2024 e nº 483/2015, julgue os itens a seguir.

- 71** Suponha-se que, durante uma fiscalização, o fiscal constatou que uma clínica oferecia serviços fonoaudiológicos, mas o responsável técnico não possuía inscrição ativa no Conselho Regional de Fonoaudiologia (CREFONO). Nesse caso, é correto afirmar que a situação caracteriza exercício irregular da profissão.
- 72** Um fonoaudiólogo regularmente inscrito pode exercer a profissão em qualquer região do País, independentemente de inscrição secundária em outro CREFONO.
- 73** Suponha-se que, em uma fiscalização, o fiscal tenha encontrado um consultório fonoaudiológico com o alvará de funcionamento vencido. Nesse caso, é correto afirmar que isso, por si só, configuraria infração ética do fonoaudiólogo perante o CREFONO.
- 74** O fiscal pode exigir que o profissional apresente registro profissional (carteira/inscrição) quando estiver em exercício, como medida de verificação de habilitação.
- 75** O CREFONO pode fiscalizar o exercício profissional e orientar a sociedade, pois integra o sistema criado por Lei Federal.
- 76** Suponha-se que uma pessoa física não esteja inscrita no CREFONO, mas atue em treinamento vocal com técnicas terapêuticas e promessa de tratar disfonia. Nesse caso, é correto afirmar que ela pode ser enquadrada no exercício irregular da fonoaudiologia.
- 77** O Manual de Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional da Fonoaudiologia possui caráter exclusivamente pedagógico, sem força normativa.
- 78** O fiscal deve, sempre, priorizar orientação e caráter educativo, mas isso não impede lavrar auto/relatório quando houver infração caracterizada.
- 79** Ao elaborar relatório, o fiscal deve registrar o contexto, as evidências objetivas e as providências adotadas, garantindo a rastreabilidade do ato fiscal e a aderência ao Manual de Orientação e Fiscalização.
- 80** Uma pessoa física não inscrita no CREFONO, mas formada em fonoaudiologia, pode atender de forma eventual, sem cometer infração administrativa perante o Sistema CFFa.

À luz da Lei nº 11.788/2008 e das Resoluções CFFa nº 488/2016 e nº 740/2024, julgue os itens seguintes.

- 81** O estágio em fonoaudiologia pode substituir o vínculo empregatício, desde que haja supervisão indireta do profissional responsável.
- 82** Suponha-se que um estudante esteja atendendo sozinho aos pacientes em uma clínica-escola, sem nenhuma supervisão. Nesse caso, é correto afirmar que o fiscal, ao identificar essa situação, deverá considerar a situação regular, pois trata-se de um ambiente de aprendizagem.
- 83** Suponha-se que uma instituição de ensino mantenha o estágio com supervisão realizado por um profissional de outra área da saúde. Nesse caso, é correto afirmar que, mesmo havendo um professor que seja fonoaudiólogo no curso, isso será considerado irregular para as atividades privativas da fonoaudiologia.

- 84** O fonoaudiólogo poderá cumprir metas de produtividade desde que zele pela qualidade e pela humanização da assistência prestada aos pacientes.
- 85** O agendamento de pacientes a cada 35 minutos só para a realização de audiometria tonal e imitanciométrica (timpanometria e reflexo estapediano) está de acordo com os parâmetros assistenciais.

A respeito das Resoluções publicadas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) entre 2019 e 2020, julgue os itens a seguir.

- 86** Uma empresa que presta serviços fonoaudiológicos exclusivamente por meio de telefone e de plataformas digitais está dispensada de inscrição no CREFONO.
- 87** O responsável técnico em fonoaudiologia responderá apenas por atos clínicos próprios, não sendo responsável por irregularidades administrativas da pessoa jurídica.
- 88** A calibração periódica dos equipamentos de avaliação audiológica é uma recomendação técnica, não sendo, portanto, uma exigência normativa.
- 89** A telefonoaudiologia é permitida no Brasil e tem norma específica do CFFa.
- 90** Suponha-se que, durante uma fiscalização, uma clínica não conseguiu apresentar documento de designação formal do responsável técnico (RT), nem comprovar vínculo. Nesse caso, é correto afirmar que o fiscal deverá registrar ausência de RT.
- 91** Se a pessoa jurídica constar apenas como “cadastro” no CREFONO, ela estará dispensada de manter fonoaudiólogo como responsável técnico.
- 92** Suponha-se que, em uma inspeção audiológica, o fiscal tenha verificado que a sala não atendia aos limites de pressão sonora ambiental previstos em norma do CFFa. Nesse caso, é correto afirmar que isso comprometerá a validade técnica dos testes e deverá ser apontado em relatório.
- 93** Suponha-se que, em uma clínica particular, o equipamento de audiometria não possua evidências de calibração dentro do período recomendado. Nesse caso, é correto afirmar que o fiscal deverá tratar isso como exigência opcional, pois o profissional poderá compensar com sua experiência.
- 94** Suponha-se que uma clínica tenha alegado que não precisava inscrever-se porque já tinha o CNPJ e o registro em outro conselho profissional. Nesse caso, é correto afirmar que, apesar disso, manter-se-ia a obrigação de inscrição no CREFONO, em caso de a instituição oferecer serviço fonoaudiológico.
- 95** Suponha-se que uma pessoa jurídica esteja inscrita no CREFONO, porém esta funciona sem um fonoaudiólogo disponível no local, pois terceira todo o serviço voltado à área de fonoaudiologia. Nesse caso, é correto afirmar que essa empresa permanecerá regular automaticamente, desde que ela pague as anuidades.

Com base nas Resoluções publicadas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) entre 2021 e 2023, julgue os itens a seguir.

- 96** Durante uma fiscalização remota, realizada nos termos da Resolução CFFa nº 692/2023, o fiscal pode aplicar uma sanção imediata, sem garantir o contraditório e a ampla defesa.
- 97** A aplicação de sanções administrativas à pessoa jurídica não inscrita no CREFONO viola o princípio da legalidade, por ausência de vínculo formal com o Sistema CFFa.
- 98** A atuação do fonoaudiólogo em educação possui resolução específica, com atualizações posteriores.
- 99** Suponha-se que uma empresa tenha divulgado AASI com regulamentação imediata e garantia de melhora total, sem avaliação formal registrada. Nesse caso, é correto afirmar que, em uma fiscalização, isso será enquadrado como infração ética e irregularidade técnica.
- 100** Suponha-se que, durante uma apuração, o fiscal tenha observado que o serviço não apresentava protocolos mínimos de biossegurança para procedimentos com risco biológico. Nesse caso, é correto afirmar que isso será objeto de exigência técnica e orientação, com base em norma do Sistema CFFa.

Com base nas Resoluções publicadas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) entre 2024 e 2025, julgue os itens a seguir.

- 101** A atuação do fonoaudiólogo em unidade de terapia intensiva é facultativa e depende exclusivamente de decisão institucional do serviço de saúde.
- 102** O Código de Ética da Fonoaudiologia obriga o sigilo profissional, inclusive em registros de prontuário físico ou eletrônico.
- 103** Em auditoria de prontuários, o fiscal pode exigir que constem registro de procedimentos e informações fonoaudiológicas de forma rastreável e organizada.
- 104** Em fiscalização remota, a obtenção de evidências por documentos e registros digitais deve respeitar o sigilo e a finalidade, limitando-se ao necessário para a apuração.
- 105** Ao constatar exercício irregular por pessoa não inscrita no CREFONO, o fiscal poderá recomendar, de imediato, a interdição do estabelecimento pelo CREFONO.
- 106** O Novo Código de Processo Disciplinar define o rito e garante a ampla defesa, devendo o fiscal, por isso, limitar-se a relatar os fatos e as evidências, evitando, assim, conclusões jurídicas no relatório.
- 107** Suponha-se que uma clínica realize atendimento em telefonaudiologia, mas não registra no prontuário a modalidade do atendimento, os meios tecnológicos utilizados e as limitações clínicas relevantes. Isso pode, então, configurar falha documental e ética.
- 108** A Resolução que define as áreas de competências do fonoaudiólogo tem impacto direto na fiscalização, pois essa normativa orienta o que é atribuição profissional e o que pode indicar exercício ilegal por um profissional não habilitado.
- 109** A existência de prontuário eletrônico digitalizado sem políticas de *backup* e controle de acesso pode ser considerada uma falha grave de gestão documental, mesmo que não tenha ocorrido um vazamento conhecido.
- 110** O Regimento Interno Único dos Conselhos Regionais é relevante para o fiscal, pois define competências internas, fluxos e autoridade administrativa no processo de fiscalização.

A respeito das noções de direito constitucional, julgue os itens a seguir.

- 111** A Convenção Americana de Direitos Humanos consagra o direito à vida desde o nascimento e proíbe a tortura, tratos cruéis ou degradantes.
- 112** A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura o direito à saúde como desdobramento do direito à dignidade da pessoa humana.
- 113** O princípio da legalidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988, vincula a atuação do fiscal do CREFONO ao que estiver expressamente previsto em Lei ou em Norma Regulamentar.
- 114** O direito à igualdade, previsto na Constituição Federal de 1988, impede a adoção de critérios técnicos diferenciados na fiscalização de pessoas físicas e jurídicas.
- 115** A fiscalização profissional, ainda que seja exercida por autarquia federal, não se submete aos princípios dos direitos humanos.
- 116** A Administração Pública Direta e a administração pública indireta devem obedecer aos princípios do art. 37 da Constituição Federal de 1988, incluindo a moralidade e a publicidade.
- 117** O direito à liberdade, previsto na Constituição Federal de 1988, permite ao profissional escolher qualquer conduta técnica, mesmo sem base científica, desde que o paciente concorde.
- 118** O princípio da impessoalidade exige que a fiscalização seja feita sem favorecimento ou sem perseguição, com critérios objetivos.
- 119** O direito à segurança, como garantia fundamental, inclui a proteção do usuário contra práticas profissionais que aumentem o risco por falhas de biossegurança.
- 120** Em processo fiscalizatório, é admissível que o fiscal divulgue publicamente, em rede social, o nome da clínica atuada, para que se alerte a população.



RASCUNHO